

Ata da 7ª (setima) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período da 3ª (terceira) Sessão Legislativa da 9ª (nona) Legislatura da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.

Nos sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e cinco, às 08:10 horas, no recinto destinado ao funcionamento do Plenário da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, compareceram os vereadores: Aldenora Freire do Amaral, Aragaci Monteiro Chaves, Celínio Noqueira Barros, Edberil Oliveira Chaves, Francisco Hilário de Oliveira, Francisco Marcos Moreira, João Antonio Viana, José-Dário Freire de Lima, José-Rebouças da Costa, Manoel Moreira de Almeida, Paulo Madel de Oliveira, Pedro Almeida Maia, Ramundo Tomaz da Silva Maia, Roberto Wagner de Freitas e Sônia Maria Noronha Chaves. Na Presidência a Vereadora Aldenora Freire do Amaral, secretariada pelo 1º Secretário, vereador Celínio Noqueira Barros. Os trabalhos foram abertos com número legal e na forma regimental. Iniciando o expediente, procedeu-se a leitura da Ata da 6ª (sexta) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período da 3ª (terceira) Sessão Legislativa, realizada em 31 de março de 1995, sendo aprovada com uma retificação: foi registrado o nome do vereador José-Rebouças da Costa, que havia sido omitido. As matérias para leitura no expediente constaram: Projeto de lei nº 001/95, de 06 de abril de 1995, de autoria do vereador Celínio Noqueira Barros; Ofícios nº 037 ao 039/95, da Presidência deste Poder; Ofício nº 040/95, do Secretário da Mesa Diretora; Ofício Circular nº 07/95, da Secretaria de Governo do Estado do Ceará; Telegrama dos Deputados Estaduais João Bosco e Cid Gomes; Correpondência do Prefeito Municipal de Patrocínio - MG. Na Tribuna Popular usaram da palavra os senhores Manoel Gondim e Jesus Moreira de Andrade. No Pequeno Expediente não houve vereadores inscritos. No espaço destinado ao Grande Expediente, usaram da palavra os vereadores: Aragaci Monteiro Chaves, começou o seu pronunciamento justificando a sua ausência na reunião

marcada para quarta-feira. Falou ainda sobre o terreno do Genipapire, comprado com a finalidade de ser construído o cemitério; não pode ser doado para uma outra finalidade sem passar pela Câmara. A vereadora Aldenora pediu um aparte e falou sobre o problema do terreno em não servir para sepultamentos. Continuando, o vereador Aragaci falou repudiando a atitude do Senhor Prefeito, quando fez zombario com suas palavras. Deu ainda várias idéias para se conseguir recursos para a construção do novo cemitério, sem haver a necessidade da venda do imóvel. Roberto Wagner de Freitas, começou o seu pronunciamento falando sobre a construção do novo cemitério, mostrando que Tabuleiro precisa urgentemente; não pode esperar por projetos de arquitetos, que são mirabolantes, impossíveis de serem realizados. O Sr. Prefeito deve procurar outros meios para a sua construção, porque esse é um dos seus compromissos assumidos em campanha. O vereador Manoel pediu um aparte e falou que a Constituição Federal proíbe subvenção de qualquer órgão público, para a construção de cemitérios, capelas, etc. Continuando, o vereador Roberto solicitou a todos que votassem contra a venda do patrimônio; que panta para uma outra solução e se preserve o patrimônio público. O vereador Manoel pediu um aparte e falou que o terreno, segundo Dr. Jesus, havia sido doado a COHAB. O vereador Celínio pediu um aparte e falou que o documento apresentado na Tribuna pelo Dr. Jesus, não tem nenhuma validade, porque para se doar terreno público, tem primeiro que ser aprovado pela Câmara, o que não foi. Continuando, o vereador Roberto falou que outras alternativas devem ser adotadas, se possível até mesmo a desapropriação. Francisco Hilário de Oliveira, começou suas palavras falando da reunião da quarta-feira, quando foi agredido pelo vereador Roberto, que tratou os vereadores de logartiza. O que se viu na reunião não foi um debate, mas um uma agressão. Celínio Noqueira Bares, começou o seu pronunciamento falando do Projeto de Lei nº 001/95, que dá nova denominação a praça central de

671

lustre, que muito contribuiu para engrandecer o nome de Tabuleiro, com suas obras e viagens. Continuando, o Vereador Celínio fez um requerimento verbal, requerendo a prorrogação do expediente em mais 30 (trinta) minutos, sendo aceito por todos. Falou ainda sobre o projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa do Estado, sobre a municipalização da educação. Os municípios não têm condições de pagar aos professores o que eles merecem, e não se pode prever o que o Estado pode repassar para os municípios, para que eles possam arcar com mais esta despesa. Falou ainda sobre o seu descontentamento com o vereador Roberto, sobre o seu pronunciamento na reunião da quarta-feira e na Rádio. O vereador Roberto pediu um aparte e pediu desculpas pela sua exaltação. Falou ainda do terreno do Gnipapero para a construção do cemitério. O Prefeito não pode fazer doação sem a permissão da Câmara. Se no local não for construído o cemitério, irá lutar pela doação do terreno para a ACATAN. A vereadora Aldenara pediu um aparte e falou que seria mais do que justo um local para os comerciantes. Continuando, o Vereador Celínio falou que desde a administração passada, já se falava que o terreno não prestava para sepultamento. Falou ainda que é a favor da venda da casa, como também é a favor da venda da casa da juíza, das casas do Olho D'água, da sucata. O cemitério tem que ser feito porque é uma necessidade. Pode ser construído por muito menos do que o preço afirmado, 300 ou 400 mil reais; dois anos para ser feito, isto é conversa. Falou ainda sobre a promoção de bingo e das dificuldades. Uma nova comissão deve ser formada, porque é um trabalho cansativo e exaustivo, e não devemos sobrecarregar a mesma equipe de uma tarefa que pode ser executada por outras pessoas. Sônia Maria Noronha Chaves, começou o seu pronunciamento falando da felicidade do Vereador Celínio, em colocar o nome de Mundico Noronha na praça central de nossa cidade. Falou ainda que teria sido muito importante se to

des os vereadores tivessem ido a reunião em Russas, sobre a municipalização da educação. Falou da reunião da quarta-feira, quando o vereador Roberto, muito exaltado, desabafou. Depois pediu desculpas. Em seguida, a reunião transcorreu normalmente, onde todos puderam participar. Sobre o pronunciamento na rádio, houve um div controvérsia entre a resposta dada e a pergunta formulada. Sobre o ce mitério, existem muitas dúvidas da serventia do terreno. É preciso se fazer uma análise técnica para por um fim às dúvidas. Raimundo Dinardo da Silva Maia, começou o seu pronunciamento falando do motivo de sua ausência na reunião de quarta-feira. Depois, procurou dar esclarecimentos sobre os seus pronunciamentos como líder do Projeto. Sobre este tema, foi apertado pelos vereadores: Roberto, Tonio, Celínio, Paulo Maciel, Francisco Hilário e Manoel. A sessão foi suspensa por 15 minutos para o Intervalo Regimental. Reiniciando os trabalhos, procedeu-se a leitura do Edital de publicidade da ORDEM DO DIA, que constou da seguinte matéria: 1ª discussão e votação do Projeto de Lei nº 424/95, de 30 de fevereiro de 1995, que autoriza o Poder Executivo a alienar o bem que indica e dá outras providências, e o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. A Senhora Presidenta concedeu a palavra aos Senhores Vereadores. Usou da palavra o vereador Roberto; falou que, como relator da Comissão, é contra o Projeto de Lei nº 424/95. Em seguida, a Senhora Presidenta colocou em 1ª votação o Projeto de Lei nº 424/95, sendo rejeitado por seis votos a favor, seis votos contra, uma abstenção e duas ausências, já que a matéria é sujeita a 2/3 para aprovação. A Senhora Presidenta comunicou que a próxima sessão ordinária está marcada para o próximo dia 28 de abril do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida, posta em discussão, vai assinada pela Presidenta, Secretário e demais vereadores presentes. *Francisco Hilário da Silva* *Paulo Maciel de Oliveira*